

## **Cursos profissionais do SENAI na perspectiva da Pedagogia Social**

**Loni Elisete Manica<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

O artigo tem por finalidade apresentar à sociedade, novos cenários do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, quanto à realização da educação profissional na perspectiva da pedagogia social. Para isso, responde-se a três questões: Seria os cursos profissionais do SENAI, propícios para desenvolver ações de inclusão na perspectiva da pedagogia social? É possível fazer educação profissional em ambientes não-formais e com laboratórios tecnológicos que extrapolam as salas convencionais, inclusive avaliando pela competência adquirida fora dos ambientes escolares? O docente que atua em cursos de educação profissional do SENAI poderá atuar na perspectiva da pedagogia social e também ser considerado um educador social? Para responder às questões apresenta-se um breve histórico PSAI- Programa SENAI de Ações Inclusivas, o qual foi criado e desenvolvido pelo SENAI com o objetivo de levar a educação profissional para o público em situações de vulnerabilidade e com o propósito de reinserção social. O artigo é a descrição de um programa que envolve diversos projetos voltados para negros, índios, favelados, pessoas com deficiência, idosos e mulheres. É, sem dúvida, a forma de disponibilizar ao leitor o relato da experiência produzida pela prática do SENAI. O texto apresenta evidências de que a educação profissional também pode ter, na pedagogia social, o amparo necessário para a inclusão no mundo do trabalho. Optou-se pelo tipo metodológico que se refere à pesquisa sócio-educativa/operacional, pois prevê a intervenção educativa por meio da educação profissional. Os resultados e as conclusões apresentados estão diretamente ligados às três questões formuladas e podem ser resumidos em três afirmações gerais: é possível utilizar cursos profissionais como forma de inclusão social e o desenvolvimento da pedagogia social, especialmente aqueles que não exigem grande grau de escolaridade; também é possível levar esses cursos para ambientes não formais e adaptar seus currículos a partir da demanda específica e, finalmente, é possível que um educador, que ministra cursos de educação profissional para público vulnerável e assume desafios que extrapolam o muro da escola formal, mesmo que receba seu salário e seja contratado por uma instituição formal, assuma o verdadeiro papel de um educador social, aliando sua prática pedagógica aos princípios da pedagogia social. Estas conclusões foram baseadas na reflexão e análise sobre cada item abordado.

Palavras-chave: Educação/profissional/pedagogia/social/inclusão

### **Abstract**

SENAI's Professional courses in the perspective of social pedagogy?

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Educação na Universidade Católica de Brasília, sob orientação do Prof. Dr. Geraldo Caliman. Atua no cargo de Gestora Nacional do Programa SENAI de Ações Inclusivas. E-mail: [loni@dn.senai.br](mailto:loni@dn.senai.br).

This article will present new scenarios created by The National Service of Industrial Learning (SENAI) regarding professional education through the perspective of social pedagogy. This article will answer three questions: Are SENAI's professional courses appropriate to develop action of inclusion and incorporation through the perspective of social pedagogy? Is it possible to develop professional education in non-formal environments where technological laboratories extrapolate the conventional classrooms even when evaluated regarding knowledge acquired outside school settings? Could teachers who facilitate professional education courses in SENAI work according to the perspective of social pedagogy and also be considered social educators? To answer these questions this article presents a brief historical analysis of PSAI - SENAI Programs of Inclusive Actions - which was created and developed by SENAI with the objective of providing professional education for vulnerable populations and promoting social reintegration. This article is a description of a program that involves several projects targeting Blacks, Indians, impoverished individuals, individuals with disabilities, senior citizens and women. This description provides a report of the experiences produced by SENAI's practices. The article also provides evidence that social pedagogy can offer support to professional education efforts toward the incorporation of certain population into the marketplace. The methodology is based on socio-educational research, for it foresees the educational intervention through professional education. The results and conclusions are directly linked to the three research questions and can be summarized in three general statements: (1) it is possible to use professional courses as a tool of social inclusion and to the development of social pedagogy, especially those that do not require higher education degrees (2) it is possible to take such courses into non-formal environments and adapt their curricula based on specific demand; (3) it is possible that an educator who facilitates courses of professional education for targeted unprivileged populations will overcome challenges that extrapolate the formal school setting and will combine practices with social pedagogy theories, even though he/she may be hired through a formal institution. These conclusions were based on the reflection and analyses of each subject studied by the scholar.

**Key-words: Education / professional / pedagogy / social / inclusion**

## INTRODUÇÃO

Este texto se reporta à análise da função do SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, na realização de cursos profissionais em ambientes não formais e à sua íntima relação com a pedagogia social, por meio da educação profissional inclusiva, oferecida para um público em situação de vulnerabilidade.

Vê-se, muitas vezes, um consenso social de que o SENAI desenvolve uma educação profissional que possui ambientes formais, currículos fechados, educadores tecnicistas, ensino técnico/tecnológico com foco no empresariado, os quais detêm o poder e, conseqüentemente, a visão de uma educação distante dos menos favorecidos. A partir dessa **problemática**, respondem-se, no decorrer do texto, a questões que objetivam desmistificar esse consenso social. Muitas vezes a sociedade identifica o SENAI como uma Instituição elitizada e que seus cursos e suas metodologias são ineficazes ao público menos favorecido ou sem escolaridade formal. Talvez isso ocorra pelo desconhecimento da real prática realizada pela Instituição. A partir desse

problema, a Instituição percebeu que necessitava dar maior visibilidade ao trabalho que realiza na perspectiva da pedagogia social, de forma a alinhar, nacionalmente, princípios metodológicos e práticas pedagógicas de como realizar uma educação profissional ao alcance de todos. Para tal, criou o PSAI- Programa SENAI de Ações Inclusivas.

As questões que serão respondidas a partir da problemática exposta são: seriam esses cursos profissionais propícios para desenvolver ações de inclusão na perspectiva da pedagogia social? É possível fazer educação profissional em ambientes não-formais e com laboratórios tecnológicos que extrapolem as salas convencionais, inclusive avaliando pela competência adquirida fora dos ambientes escolares? O docente que atua em cursos de educação profissional do SENAI poderá atuar na perspectiva da pedagogia social e também ser considerado um educador social?

Optou-se em analisar aquilo que está intimamente relacionado à prática profissional exercida no Departamento Nacional do SENAI que tem como objetivo orientar, criar e disseminar políticas de educação profissional para os Departamentos Regionais situados nos estados do Brasil, sempre com foco na Indústria. O que aqui foi redigido está embasado na prática vivenciada, nos últimos dez anos, na gestão nacional do PSAI- Programa SENAI de Ações Inclusivas, aliada a estudos e contribuições teóricas que foram adquiridos durante o transcurso acadêmico e, que nesse momento, apóiam a veracidade das informações registradas.

## O PSAI- PROGRAMA SENAI DE AÇÕES INCLUSIVAS E SUA RELAÇÃO SOCIO-PEDAGÓGICA

Historicamente, o SENAI- Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, em suas escolas distribuídas pelo território nacional, sempre prestou algum tipo de atendimento ao público vulnerável, seja por meio de convênios com instituições governamentais e não-governamentais, seja pela sua missão em levar a educação profissional a todo o cidadão. Tais ações, todavia, mesmo com resultados satisfatórios para a sociedade, não eram orientadas por uma linha comum de ação que garantisse sua continuidade, e/ou uma ação contextualizada com as necessidades do público-alvo que não tem acesso aos ambientes formais de educação.

No entanto, a partir de 1999 foi criado o PSAI- Programa SENAI de Ações Inclusivas com o **objetivo** de atender à comunidade vulnerável, vindo ao encontro das necessidades da sociedade. Através desse programa, o SENAI desenvolve cursos de educação profissional para pessoas que estão à margem da sociedade, seja por preconceito de cor, raça, situações de pobreza, analfabetismo, comportamentos sociais ou por qualquer outra forma de descrédito da sociedade para com esse público que vive em situação de precariedade social e econômica.

O Programa implantado pelo SENAI justifica-se pelo dever de apoiar a Indústria no fortalecimento do seu desenvolvimento sustentável e da sua responsabilidade social, oportunizando que ações em prol da inclusão e da diversidade sejam realizadas e financiadas pelo SENAI, bem como pela contribuição financeira que o mesmo recebe da indústria para sua manutenção.

Cabe esclarecer que esse tipo de programa nem sempre reverte diretamente para a própria Indústria, mas atende aos anseios populacionais de grupos que estão em situações de pobreza ou risco social. Dessa forma, a Indústria desempenha um papel significativo junto à sociedade e mostra que sua missão vai além da criação de produtos industrializados, cuja única finalidade é a geração de lucros e o ganho empresarial.

Não parece lógico que uma instituição que atua a favor da Indústria possa também atuar em prol de uma população vulnerável. Parece contraditório que o industrial, que luta pelos seus negócios e pelos seus ganhos e lucratividade, possa pensar no social, mas pode-se garantir de antemão que essa possibilidade é real e que, para isso, foi preciso sair do ambiente acadêmico para viver a experiência prática e poder descrever o que é vivenciado rotineiramente através da função profissional que é desempenhada no cargo de especialista em desenvolvimento industrial. Para desenvolver estas ações, o SENAI assumiu o desafio de efetivar, na prática, uma educação profissional para todos e criou o PSAI- Programa SENAI de Ações Inclusivas.

Ratifica-se que este programa (PSAI) é voltado à educação profissional para o público que foi atingido por alguma forma de discriminação e, assim, não teve acesso à escola regular formal, em especial ao jovem a quem se destina a missão do SENAI que foi criado em 1942, e que tinha como objetivo realizar aprendizagem industrial para jovens entre 14 e 18 anos, hoje, alterado por Lei, para jovens entre 14 e 21 anos. É importante enfatizar que, apesar do público jovem ser o alvo do SENAI, no âmbito do PSAI também foi desenvolvida uma metodologia para atuar com pessoas da terceira idade que necessitam da qualificação e/ou requalificação profissional, não apenas para ocupar seu tempo ocioso como aposentado, mas, especialmente, para continuar produzindo e se sentindo útil, seja através do empreendedorismo, seja através de consultoria, ou de um lazer profissional de fazer o que, muitas vezes, no decorrer de sua vida, não teve oportunidade de realizar.

Neste contexto, para a efetivação da prática pedagógica, desenvolveu-se uma metodologia para atender diversos públicos. Iniciaram-se as ações do PSAI com uma metodologia criada, testada e implantada em todo o Brasil para pessoas com deficiência que, na maioria das vezes, analfabetas ou escondidas pela sociedade e/ou pela família, não tiveram oportunidade de participar de uma escola regular. A partir daí, originou-se um documento norteador contendo tal metodologia para servir de orientação aos estados que desejavam implantá-la. Lembra-se que, a referida **metodologia**, como as demais que serão citadas no decorrer do texto, são baseadas na pesquisa sócio-educativa/operacional, não são rígidas e são apenas orientações técnico-pedagógicas para atuar na educação profissional com alunos que necessitam, além do conhecimento técnico e/ou tecnológico, um alto grau de criatividade e despojamento pessoal por parte do educador.

Em um segundo momento, no âmbito do Programa SENAI de Ações Inclusivas, foi criado mais um projeto, com objetivo de levar educação profissional para os povos indígenas e comunidades quilombolas, que atualmente necessitam da tecnologia, em muitos casos, para própria

sobrevivência no seu ambiente cultural. Em um terceiro momento, houve a preocupação em incluir as mulheres em cursos denominados, pelo senso comum, como ocupação tipicamente masculina, como o caso de mecânica de autos, azulejaria, bem como os homens em profissões tidas como femininas, como é o caso da costura industrial ou da panificação. Assim, implantou-se uma metodologia voltada a resgatar esse público que foi testada e disseminada para todos os estados do Brasil e, conseqüentemente, para as escolas de educação profissional do SENAI. A cada inclusão de um novo projeto, o PSAI recebe um novo documento metodológico desenvolvido por especialistas na vertente referida, a qual sempre é testada e, após, disseminada para todo o Brasil ou para áreas geográficas que possuem o público-alvo da metodologia. Após esse momento, surgiu uma nova demanda e criou-se no âmbito do PSAI- Programa SENAI de Ações Inclusivas, um documento norteador para atuar com a terceira idade, com a finalidade de oportunizar continuidade ativa e produtiva para esse público alvo.

Paralelo a isso, ainda no âmbito do Programa descrito, alinharam-se orientações técnico-pedagógicas para atender comunidades carentes, entre essas: favelados, carcerários, prostitutas, meninos de rua, que podem ou não estarem agregados dentro de uma ou mais vertentes citadas acima (pessoas com deficiência, gênero, raça/etnia e ou terceira idade). Diante do exposto, e do que se tem vivenciado em um órgão nacional que tem a incumbência de orientar os Regionais, pode-se afirmar que, hoje, o PSAI- Programa SENAI de Ações Inclusivas tem se estendido para todo o Brasil, através de projetos firmados com ONGs- Organizações Não Governamentais, ou OGs- Organizações Governamentais, ou mesmo financiados pela Indústria, com objetivo comum de levar a educação profissional técnica/tecnológica ao público que vive em situações de vulnerabilidade.

Além disso, o SENAI, através dessas parcerias e de seus cursos, pretende desenvolver aspectos essenciais de cidadania, cooperação, análise, auto-estima e gestão, entre outras, e devolver ao aluno atendido a dignidade e a vontade de estar inserido em uma sociedade fútil e capitalista, como a que se vive em nosso país. Sociedade esta, onde o **ter** se sobressai ao **ser**, e as necessidades fundamentais passam a extrapolar as reais necessidades de sobrevivência, como as necessidades de padrão de beleza, de marcas e grifes no vestuário, de carros importados, de supérfluos e bens de consumo que fazem parte de um “modismo” convencionado.

O Programa SENAI de Ações Inclusivas vem ao encontro do público que não tem suas necessidades supridas e realiza, na perspectiva da pedagogia social, a educação profissional, através de ações sócio-educativas em ambientes não-formais como: aldeias indígenas, favelas, comunidades quilombolas, presídios; organizações de idosos, organizações de pessoas com deficiência, entre outros ambientes não reconhecidos pelo Ministério da Educação como instituição escolar, mas que podem ser valorizados por serem coordenados por uma instituição reconhecida como o SENAI, que é um órgão privado. Isso vem ao encontro do que é citado por SILVA, 2009:

No Brasil, os contornos iniciais da Pedagogia Social circunscrevem o universo conhecido como educação não-formal, as práticas

educativas desenvolvidas por movimentos sociais, organizações não-governamentais, programas e **projetos sociais, sejam eles públicos ou privados**. (grifo meu).

Esses ambientes, tidos como não formais, exigem um planejamento diferenciado, um querer pedagógico e proporcionam um desafio constante do educador que assume a função de fazer uma educação para alunos que vivem em situações diferentes a do aluno que tem suas necessidades atendidas. Esse tipo de **metodologia** exige um educador que alie seus conhecimentos teóricos e didáticos ao conhecimento da pedagogia social, que crie seu próprio método de acordo com o que vai ensinar, necessitando escolher a que sistema deseja servir e qual sua postura nesta escolha: manutenção ou transformação social.

Vale ressaltar, que para aprofundar este tema, há o interesse de pesquisar o **perfil do educador social que atua na educação profissional** e trazer resultados concretos em prol do crescimento e desenvolvimento desse educador.<sup>2</sup>

Esse tipo de educação, desenvolvido fora dos ambientes formais, na perspectiva da pedagogia social, age também como meio de superações de possíveis problemas comportamentais, vai muito além do educar para o conhecimento técnico/tecnológico que é repassado nas escolas formais e tem o foco voltado para reintegrar o indivíduo à sociedade, por meio dos princípios da pedagogia social. Assim como diz CALIMAN, 2008:

A pedagogia social se realiza especialmente dentro de intervenções educativas intencionais e não-formais, e é organizada fora das normais agências educativas como aquela escolar e familiar, embora não exclua essas duas instituições de sua metodologia. Diferencia-se da educação formal que se desenvolve diretamente na escola, e daquela informal, caracterizada pela falta de intencionalidade educativa e que se desenvolve na convivência familiar do grupo de pares e nos meios de comunicação.

Nesse sentido, o trabalho do educador social na perspectiva da pedagogia social exige um conhecimento que extrapola o conhecimento acadêmico, bem como um planejamento e uma metodologia que não adquiriu em sua vida acadêmica, a qual não tem uma receita única que poderá seguir. Esse tipo de educador necessita fazer uso do conhecimento adquirido no decorrer da sua vida, especialmente no seu envolvimento pessoal com público menos favorecido; assim, mesmo que ele não esteja preparado para tal papel,

---

<sup>2</sup> **Educador Social que atua na Educação Profissional** é o tema do projeto de pesquisa aprovado para inserção no curso do doutorado, que será aprofundado no decorrer dos próximos quatro anos, com a finalidade de contribuir com desenvolvimento de um **perfil profissional**, que o caracterize e o impulse a desenvolver suas funções que vão muito além de repassar o conhecimento técnico e tecnológico. Colaborar na definição da identidade desse educador e sua valorização em prol da inclusão social. De antemão a hipótese é que esse educador necessita de uma formação diferenciada daquela comumente recebida nos tradicionais cursos de pedagogia e, assim, um perfil específico para o cargo que desempenha.

não terá como se eximir de assumir tais funções porque a sociedade industrializada exige esse novo profissional. Como afirma CALIMAN, 2008:

O trabalho do educador social emerge, pois como uma necessidade da sociedade industrializada, enquanto nela se desenvolvem situações de risco e mal-estar social que se manifestam nas formas de pobreza, da marginalidade, do consumo de drogas, do abandono e da indiferença social.

## CURSOS DO SENAI NA PERSPECTIVA DA PEDAGOGIA SOCIAL

A partir das questões levantadas no início do texto, passa-se a analisá-las uma a uma, fazendo com que o leitor possa refletir sobre as respostas que revelam o outro lado da educação profissional, muitas vezes desconhecida pela sociedade. A primeira questão analisada se refere à prática da educação profissional, através do desenvolvimento do PSAI- Programa SENAI de Ações Inclusivas: **Seriam os cursos de educação profissional, desenvolvidos pelo SENAI, propícios para exercer uma prática na perspectiva da pedagogia social?**

A resposta direta é não, se for por meio de uma educação profissional tradicional, dentro de ambientes formais e que atua com objetivo de transmitir conhecimento técnico / tecnológico, onde a preocupação maior se dá nos aspectos técnicos, em detrimento do humano.

Por outro lado, a resposta poderá ser positiva, caso se entenda a educação profissional como instrumento da pedagogia social.

Fazer educação profissional utilizando os princípios da pedagogia social não é algo novo. Isso sempre aconteceu na modalidade de cursos profissionais para a comunidade extra-escolar. No entanto, estar preocupado em desenvolver novas metodologias, adaptar currículos, e capacitar educadores sociais é algo novo no Brasil, amparado por novas legislações de educação.

Atualmente, o SENAI faz educação profissional regularmente fora dos ambientes escolares formais. Não apenas muda o endereço da formação educacional, mas direciona cursos profissionais que exigem um pensar diferenciado, desde o planejamento até o desenvolvimento do programa, bem como a montagem de laboratórios técnico/tecnológicos no ambiente interno das próprias comunidades vulneráveis. Esse tipo de educação exige um querer docente em assumir desafios e riscos, mesmo pessoais e o desejo em atuar junto à comunidade que vive fora da escola formal, em ambientes culturais diferenciados.

Muitas vezes, são esses cursos profissionais voltados ao mundo do trabalho, que mais chamam a atenção do indivíduo marginalizado pela sociedade e que está em busca das suas necessidades humanas. Ele sabe que, mesmo sem escolaridade e sem condições financeiras, poderá participar de um curso profissional, mesmo que nas modalidades de qualificação ou aperfeiçoamento, as quais possuem uma carga menor de horas/aulas e menores exigências de pré-qualificação e escolaridade. O indivíduo vê, nestes

cursos, a possibilidade de iniciar o longo caminho que precisará trilhar até chegar, à inclusão no mundo do trabalho. Isso é ratificado, alguns anos atrás, por PEREIRA (1967), em um estudo de caso desenvolvido em uma região metropolitana da cidade de São Paulo, quando em suas conclusões de pesquisa, disse que:

O SENAI satisfaz àquele desejo e esta necessidade, mas o número de vagas deste estabelecimento é bem reduzido. A outra escola industrial, existente em Santo André, mantida pelo poder público, não se ajusta como o SENAI, às condições sócio-econômicas das famílias e, por isso, praticamente não atrai os adolescentes da área.

Mesmo com o passar dos anos, o trabalho é visto como uma das melhores formas privilegiadas de inserção do indivíduo em uma sociedade que tende a excluir o diferente, o pobre, o idoso, o negro, ou qualquer outro que não esteja dentro dos padrões convencionados pela sociedade da qual fazemos parte. Através da autonomia financeira esse indivíduo consegue, muitas vezes, vencer as barreiras da exclusão. Por outro lado, o mundo contemporâneo apresenta transformações sociais e tecnológicas inerentes ao querer do indivíduo que provocam significativo impacto na visão de homem e de mundo. Essas novas tecnologias abrem um novo leque de conhecimentos que amplia a diversidade de experiências e interações, em contradição as esperanças profissionais. A alta tecnologia exigida poderá favorecer ao aumento das desigualdades sociais, à medida que nem todos têm acesso aos recursos tecnológicos e aos novos saberes. Neste contexto, é que o SENAI tem a obrigação e a missão de levar ao alcance do indivíduo carente estas novas tecnologias e a inclusão digital passa a ser um dos pontos marcantes da atuação do SENAI.

A modalidade de aprendizagem industrial realizada pelo SENAI, que prevê a inserção de jovens de 18 a 24 anos em cursos de educação profissional aliando os aspectos teóricos à sua prática na Indústria, através de contrato formal de menor aprendiz, tem sido uma das formas, desde o ano de 1942, de proporcionar o acesso à educação para uma camada mais pobre da população que, sem escolaridade e sem idade, não consegue avançar no conhecimento formal, obter a certificação e a experiência profissional exigida pelo mercado de trabalho.

No momento da qualificação profissional em ambientes não formais, o programa objetiva dar sentido ao educando do que se deseja ensinar, valorizar a prática vivenciada pelo aluno e desenvolver conteúdos aliados às necessidades sociais, econômicas e culturais do grupo. Faz-se necessário fornecer, além do conhecimento teórico, habilidades de gestão, permitir que o aluno crie e se reconheça através do trabalho, sendo sujeito ativo da sua promoção e inserção social.

Assim, em resposta à questão, pode-se afirmar que os cursos de educação profissional podem constituir-se em uma das formas de se exercer a educação na perspectiva da pedagogia social, como afirma SILVA, (2009):

Este amplo universo de práticas de educação não-formal congrega intervenções de natureza sociopedagógica nas áreas do meio ambiente, saúde, direitos humanos, cidadania, alimentação, trânsito, formação profissional, empreendedorismo, artes, cultura, esportes, etc.

## EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DO SENAI EM AMBIENTES NÃO-FORMAIS

A segunda questão que será analisada no presente artigo remete-se à reflexão sobre a **possibilidade ou não de se fazer educação profissional fora de ambientes formais, inclusive utilizando como forma de certificação a avaliação por competência.**

O próprio texto até o momento descrito apresenta a direção sobre a possibilidade de levar a educação profissional para fora dos ambientes formais. É possível estruturar laboratórios e ferramentas técnicas dentro de ambientes comunitários, bem como levar o docente com um planejamento e uma metodologia própria para atingir o público-alvo. Assim, é possível fazer uma educação profissional que fuja à educação formal, que exija um novo currículo e uma metodologia desenhada a partir das necessidades de cada grupo, utilizando as novas possibilidades da flexibilização curricular, da terminalidade específica e da avaliação por competência, condições estas determinadas e amparadas por legislação atual da educação brasileira.

Estas novas formas de repassar e avaliar o conhecimento têm apresentado um novo panorama, exigindo hoje, uma escola, uma educação e um educador mais ousados e, especialmente, mais criativos e, neste contexto, a perspectiva da pedagogia social pode ser uma saída para a prática educacional voltada a alcançar maior sucesso junto a grupos caracterizados por condições de pobreza e exclusão social, e com grandes chances de serem rotulados como, indivíduos fora da normalidade.

Ratifica-se que esse público vulnerável, muitas vezes, vê a educação profissional ou cursos profissionais do SENAI ou de instituições sem fins lucrativos, como a única saída para melhorar de vida e garantir algumas das suas necessidades humanas. Assim, depois de uma experiência pessoal de mais de dez anos de atuação junto ao SENAI e mais de vinte e sete anos na educação básica e superior, o autor do presente artigo apresenta aqui a contribuição da educação profissional, ou seja, estratégias para que os cursos profissionais possam alcançar as classes menos favorecidas, de baixa renda e com anseios de recuperação social e reinserção na sociedade.

Muitas vezes, o que aqui é descrito não condiz com o pensamento de alguns intelectuais que rotulam instituições profissionais como aquelas que realizam cursos rápidos, caros e inacessíveis. Vale lembrar que esses cursos rápidos e que não exigem um alto nível de escolaridade, apesar de muitas vezes criticados, na maioria são gratuitos. Oportunizam formação aos excluídos que garante uma empregabilidade, mesmo que de baixa remuneração, e fomenta no indivíduo o impulso para a sua autonomia.

Atualmente, entre os projetos que esta instituição desenvolve, está o de certificação por competência, que também é um projeto inclusivo, o qual propicia ao público mais carente, sem escolaridade formal, que adquiriu conhecimento através da sua vida e da labuta trilhada no seu dia-a-dia, a certificação por meio da competência pessoal testada pela instituição. Assim, existem os centros de exames que foram criados baseados nas normas de certificação e que garantem que as provas possam ser realizadas. Não se pode afirmar que o SENAI possa oferecer uma panacéia para todos os males, mas que realiza inclusão efetiva da camada mais pobre da população, que vê, por meio da aquisição do conhecimento, a sua inserção no mundo do trabalho e conseqüente autonomia cidadã.

Para realizar educação profissional fora dos ambientes formais, faz-se necessário que os laboratórios técnico/tecnológico sejam arquitetados dentro dos ambientes comunitários e, muitas vezes, o educador necessita viver/conviver com aquele público e residir, temporariamente, com os mesmos. Para isso, o educador necessita ser preparado culturalmente pela própria comunidade que deseja a qualificação profissional. Só a partir disso esse educador poderá ser aceito por parte do grupo que entende que cabe ao educador aceitar e viver os costumes da comunidade e não ao contrário, como comumente nosso mundo acadêmico profetiza, acreditando ser o educador o detentor do saber e, conseqüentemente, inatingível em culturas diferenciadas. Neste caso, ou o educador passa a ser integrante da cultura e/ou aceita os costumes daquela comunidade, ou não terá permissão e acesso para realizar a qualificação profissional, mesmo que seja do interesse do grupo alvo. Isso é muito comum, especialmente em aldeias indígenas ou comunidades quilombolas.

Quando a educação profissional acontece fora dos ambientes formais, como favelas, prisões, ambientes não governamentais e atende a esse público marginalizado e excluído, a instituição está indo muito além do que apenas qualificar por meio da educação profissional; usa o educador e a educação profissional para proporcionar o aumento do potencial destes indivíduos, a auto-estima e, conseqüentemente, devolve a esperança de uma reinserção profissional e social, ou mesmo uma qualificação para consumo próprio de subsistência daquela comunidade; dessa forma, realiza uma educação que atende àquilo que a educação formal não consegue atender, pois tem objetivos diferentes, como afirma Caliman, 2008.

A pedagogia escolar tem toda uma história e é amplamente desenvolvida pela didática, ciência ensinada nas universidades. A segunda, a pedagogia social, desenvolve-se dentro de instituições não-formais de educação. É uma disciplina mais recente que a anterior. Nasce e desenvolve-se de modo particular no século XIX, como respostas às exigências da educação de crianças e adolescentes (mas também de adultos) que vivem em condições de marginalidade, de pobreza, de dificuldades na área social.

A última questão a ser abordada na presente reflexão diz respeito ao docente que atua na educação profissional, ou seja, **poderia o docente, responsável pela educação profissional do SENAI, que extrapola os muros da escola formal, ser considerado um educador social?**

Esta questão é muito complexa e merece uma reflexão mais detalhada, pois existem algumas diferenças entre o educador que faz a educação formal e aquele que se utiliza da educação profissional para focar em questões culturais e sociais.

Apesar de a questão acima ser uma das que serão pesquisadas durante o transcurso do doutorado da UCB- Universidade Católica de Brasília parte-se da hipótese de que o professor da educação profissional que ministra um curso em uma favela, em uma comunidade carente, em uma aldeia indígena, em um asilo de idosos ou mesmo em um presídio, mesmo sem formação diferenciada e reconhecida seja, em muitos casos, como um educador social. Ele transmite muito mais que o conhecimento cognitivo e se preocupa com a pessoa como um todo, em especial focaliza nas relações sociais e na inclusão social. No entanto, esta terminologia “educador social” não é totalmente incorporada pela sociedade e, assim, apesar de exigir um perfil diferenciado, o educador não tem vantagens financeiras para realizar esse tipo de trabalho.

Por outro lado, aquele educador que atua dentro das escolas formais e que seguem um currículo exigido e imposto pelo Ministério da Educação, apesar de muitas vezes também atender questões sociais, nem sempre pode ser designado como educador social. Ele segue as normas educacionais exigidas pelo sistema, procura realizar os conteúdos programáticos impostos, bem como a carga horária e o cumprimento integral do plano de curso e a proposta escolar. Não tem como único foco dimensões sócio-educativas e relacional, mas principalmente, a preparação dos alunos para desenvolver com competência sua atuação no campo profissional.

Como se afirmou anteriormente existe o papel do SENAI, às vezes desconhecido pelos acadêmicos, que é aquele do desenvolvimento da aprendizagem em ambientes não formais. Esse papel exige novas metodologias, conhecimento sobre a flexibilização curricular, sobre a nova visão da pedagogia social e, especialmente, exige um educador social com posturas inclusivistas, com objetivos claros com vistas a diminuir as desigualdades sociais. CARNEIRO(2005), contribui para essa análise quando afirma que:

O sujeito da aprendizagem é o aluno e sua circunstancia, isto é, sua diversidade. Por isto, cabe, a cada instituição educativa, desenvolver a partir dos marcos legais existentes e dos ordenamentos jurídicos disponíveis, propostas de organização de aprendizagem, capazes de viabilizar níveis e formas operacionais do conceito de educação inclusiva e de escola inclusiva.

Quando se olha a organização desta escola, nas suas diferentes formas de funcionamento- seja uma escola de ensino regular- sejam instituições educativas em geral-não se pode perder de vista que, para a adequada gestão de cursos e programas de Educação Profissional, o direito à individualização, lastro do eixo igualdade,

diversidade e categoria jurídica de construção do sujeito democrático, se impõe a cada instituição educativa.

Carneiro, afirma que o grande alvo está na flexibilização curricular e nas possibilidades legais de oferecer novas metodologias. Para isso, não existe uma receita única, não existe uma metodologia única ou um passo a passo rígido, mas existe um querer pedagógico e uma disposição para a mudança. O exercício da pedagogia social requer novas formas de aproximação do público-alvo (aluno vulnerável). Muitas vezes, o docente da educação profissional utiliza as demandas oriundas do próprio setor industrial/empresarial para atender os anseios de uma comunidade vulnerável, assim conseguem aliar sua vontade humana com a manutenção dos seus empregos. ROMANS esclarece:

Os educadores sociais estão também envolvidos na busca da cumplicidade do setor empresarial não apenas para facilitar o acesso ao trabalho para estas coletividades como também na prevenção da perda de emprego para aqueles que o tem.

Portanto, para educar para a transformação e para a reinserção social, não basta o querer do educador, da escola e da equipe pedagógica será necessário um novo olhar das políticas educacionais.

O educador deverá ser ousado e criativo, valorizado não apenas financeiramente como profissionalmente, pois terá a árdua tarefa de desenvolver sua missão educacional/social e, ao mesmo tempo, garantir sua ascensão profissional.

Dessa forma, muitas vezes, esse educador social, faz esse trabalho acontecer através do exercício do voluntariado e sem reconhecimento profissional, faz um trabalho técnico aliado ao social, e isso é desafiador, pois fazer a diferença em um mundo como esse, é correr o risco de também ser excluído profissionalmente, por isso, mais do que competente tecnicamente, esse educador necessita utilizar sua inteligência emocional aliada à sua criatividade.

## CONCLUSÃO

Das três questões formuladas no início do ensaio, se pode concluir que é possível utilizar cursos profissionais como forma de inclusão social utilizando-se das metodologias inspiradas pela pedagogia social; também é possível levar esses cursos profissionalizantes para ambientes não formais e adaptar seus currículos a partir da demanda específica da comunidade vulnerável. Finalmente, é possível que um educador que ministra cursos de educação profissional para público vulnerável e assume desafios que extrapolam o muro da escola formal, mesmo que receba seu salário e seja contratado por uma instituição como o SENAI, assuma o verdadeiro papel de um educador social, aliando sua prática pedagógica aos princípios da pedagogia social.

Diante disso, pode-se dizer que o programa PSAI poderá representar uma evolução significativa na direção de uma educação profissional na perspectiva da pedagogia social.

Vale reconhecer o esforço daquelas instituições que ministram cursos profissionais em prol da diversidade, da justiça social, do alcance de todas as necessidades humanas e fundamentais, incluindo aí, as necessidades de formação técnica e de trabalho.

Vale acreditar, que é possível mudar estigmas e rótulos sociais que excluem indivíduos (alunos) do convívio e do mundo em que vivemos. Por meio do PSAI- Programa SENAI de Ações Inclusivas, os cursos profissionais do SENAI buscam diminuir as desigualdades e, para isso, a pedagogia social parece ser um instrumento poderoso para desenvolvimento e possibilidades reais de uma educação profissional ao alcance de todos. Como afirma CALIMAN, 2008 que:

A importância hoje da pedagogia social está no fato de que ela se empenha diretamente no aprofundamento de perspectivas teóricas e de propostas metodológicas finalizadas ao bem-estar social, à análise e avaliação das situações e condições sociais que regulam a educação e delineiam uma orientação com base na qual seja possível intervir em termos formativos no âmbito da diversidade social, do desvio e da marginalidade, e da equidade dos recursos sociais.

Neste contexto, se fortalece a crença de um novo panorama de inclusão profissional, onde exista maior igualdade de oportunidades, maior dignidade e, acima de tudo, que os aspectos sociais, culturais, educacionais e econômicos da população vençam os desafios através do trabalho.

Finalmente, que se possa fazer uso da educação profissional na perspectiva da pedagogia social e, assim, auxiliar na superação das dificuldades causadas pela necessidade de formação e trabalho, bem como, bem estar social, reintegração e inclusão. Assim como diz SILVA, (2009) que nos convida a

Inspirar-nos na construção de uma proposta pedagógica capaz de lidar com a complexidade dos problemas sociais que ainda hoje nos envergonham como seres humanos, como cidadão e como educadores, ante a perspectiva de que outra Pedagogia é possível.

Que a pedagogia voltada à sensibilidade e à sociabilidade humana seja a base para a educação profissional na perspectiva da pedagogia social e, assim, aumente as possibilidades das mudanças e das melhores condições de vida a um número significativo de indivíduos que não tiveram acesso à escolaridade formal ou à inserção social.

**Bibliografia:**

BATISTA, Cristina Abranches Mota (org.); BORGES, Maria do Rosário; TOMASINI, Maria Elisabeth A., SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão dá trabalho**. Belo Horizonte: Armazém de Idéias, 2000. p. 132.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico**. Porto Alegre: Mediação, 2008. p.152.

CARNEIRO, Moaci Alves. **Educação profissional para pessoas com deficiência: Cursos e programas inteligentes**. Brasília: Instituto Disciplinar de Brasília, 2005. p. 209.

CALIMAN, Geraldo. **Paradigmas da exclusão social**. Brasília: Editora Universa, UNESCO, 2008. p. 368.

MANICA, Loni Elisete. **Metodologia para a expansão das pessoas com deficiência**. Brasília: SENAI, 2002.

\_\_\_\_\_. (Org). **Orientações técnico-pedagógicas para atuar com pessoas com deficiência na educação profissional do SENAI**. Brasília: SENAI, 2010.

OIT/MTE/FAT. **Certificação de competências profissionais: discussões**. Brasília: Estação Gráfica LTDA, 1999.

PEREIRA, Luiz. **A Escola numa área metropolitana. Crise e racionalização de uma empresa pública de serviços**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1967.

RAIÇA, Darcy (Org.). **Tecnologias para a educação inclusiva**. São Paulo: Avercamp, 2008.

ROMANS, Mercé; PETRUS Antoni; TRILLA Jaume. **Profissão educador social**. São Paulo: Artmed, 2003. p. 206

SAAR, Elisabeth. **Gênero: Uma aproximação metodológica para a educação profissional**. Brasília: SENAI, 2004.

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial. **Metodologia para atuar com pessoas acima de 45 anos e idosos na educação profissional**. Brasília: SENAI, 2007.

\_\_\_\_. **Ações afirmativas para educação profissional nas vertentes de raça/etnia**. Brasília: SENAI, 2005.

SILVA, Roberto; NETO, João Clemente; de MOURA, Adolfo; (orgs). **Pedagogia social**. São Paulo: Expressão Arte Editora, 2009. p. 324.